

GESTÃO E POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL EM GRANDE ESCALA NO AMAZONAS

Claudina Miranda Silva¹
Graciete Barros Silva²
Soleania Ferreira Sá³

RESUMO: O presente trabalho é resultado do Projeto de Intervenção Pedagógica do Estado do Amazonas – PIPA. Participaram dessa trajetória seis professores e uma escola da rede estadual do município de Itacoatiara – AM, utilizou-se a técnica de observação livre como instrumento de coleta de dados. O estudo tem como objetivo apresentar o processo de gestão e funcionamento do Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM), junto às políticas públicas instituídas pela Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas (SEDUC), a partir das práticas docentes, das ações dos gestores e à articulação de políticas educacionais. O aporte metodológico sustenta-se na apreciação de documentos. Quanto à estratégia a pesquisa caracteriza-se como qualitativa. A princípio um breve registro das políticas de avaliação educacional no Brasil. Logo após apresentamos uma análise e discussão sobre a representação do sistema de avaliação externa no Amazonas e por fim a distinção do currículo e a matriz de referência na construção do Sadeam. Os resultados orientam que as avaliações em larga escala são inerentes ao trabalho do professor. Portanto, cabe destacar a importância de pensar políticas públicas de formação docente com foco nas avaliações educacionais, uma vez que será uma preparação para a realidade educacional brasileira e conseqüentemente para a educação no Amazonas.

Palavras-chave: políticas; avaliação educacional; Sadeam.

MANAGEMENT AND POLICIES OF EDUCATIONAL EVALUATION IN LARGE SCALE IN AMAZONAS

ABSTRACT: The present work is the result of the Project of Pedagogical Intervention of the State of Amazonas - PIPA. Six trainees and a school in the state network of Itacoatiara - AM participated in this trajectory. The non - participant observation technique was used as a data collection instrument. The study aims to present the process of management and operation of the Amazon Educational Performance

¹ Mestranda em Educação - PPGE (UERR/IFRR. Atualmente é professora efetiva de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura.

² Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Roraima (UERR). Professora contratada da Prefeitura Municipal de Pacaraima com atuação no ensino fundamental I. Experiência na área da Educação

³ Universidade Estadual de Roraima, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Roraima-UERR. Professora de Educação Básica 2009 à 2017 pela Prefeitura Municipal de Boa Vista-RR. Graduação em Pedagogia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-IFPA (2011). Bacharel em Enfermagem pela Faculdade Roraimense de Ensino Superior-FARES (2015). Pós Graduação lato Sensu em Enfermagem do Trabalho Aplicada à Saúde Ocupacional 2017-Graduate; Pós Graduação Lato Sensu em Informática na Educação pela UNINTER-2013. Pós Graduação Lato Sensu em Gestão Escolar pela Universidade Federal de Roraima-UFRR 2015.

Evaluation System (SADEAM), together with the public policies instituted by the State Secretariat of Education and Quality of Education of the Amazon (SEDUC). of the teaching practices, of the actions of the managers and the articulation of educational policies. The methodological contribution is based on the appreciation of documents. In terms of strategy research is characterized as qualitative. In principle a brief record of educational evaluation policies in Brazil. After presenting an analysis and discussion on the representation of the external evaluation system in the Amazon and finally the distinction of the curriculum and reference matrix in the construction of the Sadeam. The results indicate that large-scale evaluations are inherent in the teacher's work. Therefore, it is important to emphasize the importance of thinking public education policies with a focus on educational assessments, once it will be a preparation for the Brazilian educational reality and consequently for education in the Amazon.

Keywords: policies; educational evaluation; Sadeam.

INTRODUÇÃO

A avaliação é um objeto histórico no sistema educacional, esta por sua vez caracteriza-se ao longo do tempo como instrumento que busca mensurar a qualidade do ensino e da educação brasileira. Desse modo, a partir dos anos 90 o Ministério da Educação instituiu o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) como política educacional de intermediação entre as avaliações externas de grande escala: Aneb, Anresc, ANA e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007 pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

Nessa perspectiva, em 2008 foi criado o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM). O sistema foi concebido com o anseio de estabelecer um diálogo entre o Estado, professores, gestores e as políticas educacionais que contemplam as avaliações externas. Com a implantação do SADEAM no Amazonas muitos avanços têm sido alcançados, pois se trata de um projeto que permite diagnosticar os problemas da rede, monitorar o desenvolvimento de atividades educacionais, bem como de chave de reflexão para que outros programas e políticas sejam criados. (AMAZONAS, 2015).

Diante deste cenário, a qualidade e o acesso à educação além de ser uma inquietação nacional, sobretudo do estado do Amazonas, tornou-se objetos necessários para o processo de implantação e desenvolvimento da avaliação em larga escala. As avaliações externas são norteadoras para o trabalho dos docentes

e dos gestores educacionais, a partir delas é possível estabelecer o acompanhamento e regulação do sistema educacional, prestar contas à sociedade, instituir e monitorar as políticas públicas educacionais voltadas para a melhoria da qualidade da educação.

Assim, o trabalho foi desenvolvido no contexto de uma Escola Estadual do município de Itacoatiara- AM, a pesquisa se deu a partir da observação livre com acompanhamento das atividades dos professores em sala de aula. A princípio foi realizado um encontro com os professores de Língua Portuguesa e Matemática para confirmar a existência do plano de intervenção, se o mesmo atendia a problemática dos descritores, ou seja, as habilidades avaliadas pelo SADEAM, eixos temáticos nos quais a escola teve baixa proficiência.

1 POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

Com o forte crescimento econômico no final do século XX, o Sistema Educacional Brasileiro impulsionado pelas políticas do Banco Mundial e, orientado pelas propostas neoliberais do Estado, instituiu na década de 90 o Saeb, o novo sistema de avaliação fora criado pelo Ministério da Educação junto ao INEP, regulamentado pela portaria nº 1.795/94.

O sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), foi criado em 1990 e, desde 1995, realiza seu ciclo de avaliação a cada dois anos. O Saeb foi criado tendo por objetivo central promover uma avaliação externa e em larga escala no Brasil, visando construir dois tipos de medidas. A primeira, da aprendizagem dos estudantes (ANEB), e a segunda, dos fatores de contexto correlacionados com o desempenho escolar (ANRESC). A implementação da avaliação em larga escala se constituiu com a intenção de subsidiar os formuladores e executores das ações governamentais na área educacional em todos os níveis de governo. Com a avaliação se pretende averiguar a eficiência dos sistemas no processo de ensino- aprendizagem e, também, a equidade da educação oferecida em todo o país. (BRASIL, MEC, 2010, p.01).

Por outro lado, é no contexto de instabilidade política que, tanto a educação como as políticas públicas de avaliação educacional são situadas como o único meio de reestruturar a economia do país. Nessa perspectiva, em 1995, o Brasil elege um novo presidente, Fernando Henrique Cardoso que é reeleito e permaneceu até 2002. O governo de FHC enfrentou uma forte pressão popular, contudo foi na sua gestão, no início dos anos noventa que as políticas neoliberais foram mais bem acentuadas e o projeto econômico idealizado pela burguesia se instalou fortemente

e permanece até os dias atuais.

Nesse prisma, com fins de diagnóstico da educação brasileira, o Saeb apresentava os dados reais da educação, objetivando assim o reconhecimento dos desafios identificados em nível nacional. Assim, com o decorrer dos anos o Sistema de Avaliação da Educação Básica foi passando por transformações políticas ao longo de duas décadas. Com base em alguns dados históricos do INEP (2017), atualmente o Saeb é composto pelas três avaliações externas em larga escala:

Figura 01: Esquema Gráfico das Avaliações Nacionais Instituídas pelo Ministério da Educação



Fonte: MEC/INEP, 2017.

O Sistema de avaliação implantado no final do século XX propõe a “elevação” da qualidade do ensino no país, assim o Ministério da Educação lança estratégias de adequação do sistema educacional às políticas econômicas advindas da globalização. Nesse caminho os governos lançam planos de metas e estratégias, visando por meio de um discurso mascarado, superar as desigualdades sociais e econômicas que crescia cada vez mais. É nesse contexto de educação dualista; educação para burguesia e educação à classe trabalhadora que o sistema educacional é compreendido. Por outro lado, foi analisado o trajeto histórico do Sistema de Avaliação da Educação Básica, baseado nos registros do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);

No ano de 1995 adotou-se uma nova metodologia de construção do teste e

análise de resultados: a Teoria de Resposta ao Item (TRI). Dessa forma, a comparabilidade entre os resultados das avaliações ao longo do tempo se tornou possível. Ocorreu também o levantamento de dados contextuais (Questionários).

Em 2005 o Saeb foi reestruturado pela Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005. O sistema passou a ser composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil. A Aneb manteve os procedimentos da avaliação amostral (atendendo aos critérios estatísticos de no mínimo 10 estudantes por turma) das redes públicas e privadas, com foco na gestão da educação básica que até então vinha sendo realizada no Saeb. A Anresc (Prova Brasil) passou a avaliar de forma censitária as escolas que atendessem aos critérios de no mínimo 30 estudantes matriculados na última etapa dos anos iniciais (4^asérie/5^o ano) ou dos anos finais (8^asérie/9^o ano) do Ensino Fundamental das escolas públicas, permitindo gerar resultados por escola.

Na edição de 2013 a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, passou a compor o Saeb a partir da divulgação da portaria nº 482, de 7 de junho de 2013. Outra inovação desta edição foi à inclusão em caráter experimental da avaliação de Ciências, a ser realizada com os estudantes do 9^o ano do Ensino Fundamental e do 3^o ano do Ensino Médio. Neste ano foi aplicado, em caráter de estudo experimental, um pré-teste de Ciências Naturais, História e Geografia que não geraram resultados para a edição.

Em 2015 foi disponibilizada a Plataforma Devolutivas Pedagógicas que aproximou as avaliações externas de larga escala e o contexto escolar, tornando os dados coletados mais relevantes para o aprendizado dos alunos. A partir da disponibilização dos itens utilizados na Prova Brasil, descritos e comentados por especialistas, a Plataforma traz diversas funcionalidades que poderão ajudar professores e gestores a planejar ações e aprimorar o aprendizado dos estudantes.

Decerto, acerca das avaliações educacionais em grande escala, são elas os instrumentos que norteiam a prática do professor, as ações dos gestores educacionais e sua equipe técnica, fortalecendo a capacidade de gestão, a descentralização administrativa e pedagógica, o trabalho no contexto escolar e a participação da comunidade.

Como se vê, as informações oriundas das avaliações externas podem funcionar como um valioso instrumento para um conhecimento mais denso sobre o contexto escolar no qual o professor está inserido. Longe de competir com os resultados fornecidos pelas avaliações internas, aplicadas ao longo do ano pelos professores, os resultados das avaliações externas complementam aqueles, de modo que as informações que chegam ao conhecimento dos docentes possam ser mais densas e completas. (Guia de Estudos, CAEd/UFJF, p.37, 2013).

Entre os principais desafios no que se refere às avaliações de larga escala no Brasil destaca-se a finalidade dos programas de avaliação instituídos pelos estados brasileiros. Eles devem aperfeiçoar-se, reformular políticas e práticas que fazem a diferença na qualidade do ensino. É a partir dos resultados das avaliações que as políticas nacionais são desenvolvidas.

Isso é fundamental se entendermos que a avaliação é um instrumento de melhoria da educação, e não apenas um modo de medir conhecimentos. Em segundo lugar, ela deve tornar-se um instrumento normal do processo educacional, incorporada pelas equipes de gestores, pela direção das escolas e pelos professores, sem excetuar atores sociais interessados na educação. Para isso, é crucial não apenas a divulgação dos resultados e das análises, mas treinamento de todos na utilização do riquíssimo material produzido pelas avaliações. (Guia de Estudos, CAEd/UFJF, p.34, 2012).

Ainda segundo os especialistas em Avaliação, no que tange as avaliações de larga escala, estas buscam aferir o quanto os sistemas educacionais podem se aproximar ou se distanciar do cumprimento dos direitos à educação de qualidade. Os resultados dessas avaliações orientam os gestores na execução de políticas educacionais e ampliação de oportunidades.

2 REPRESENTAÇÃO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO EXTERNA NO AMAZONAS

O início do século XXI registrou uma grande preocupação com a educação no Amazonas, uma vez que nos anos de 2007 e 2008, cinquenta e dois municípios do estado passaram pela avaliação nacional de larga escala e não atingiram o básico, ou seja, registraram nota abaixo de 3,2 que representa a nota mínima junto às estratégias e metas do Ministério da Educação. Dentro desse contexto, o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (Sadeam) foi criado em 2008 pelo governo do estado do Amazonas, instituído como política de avaliação externa.

No ano de 2011 a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas (SEDUC) estabeleceu parceria com o Caed da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), buscaram aferir o desempenho educacional dos alunos da

rede pública estadual de ensino aplicando testes de desempenho.

O Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM) criado em 2008 pelo governo do estado via Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), é um destes imprescindíveis mecanismos que estão corroborando com a qualidade do ensino local e impulsionando nossa rede pública a buscar resultados cada vez mais satisfatórios, favorecendo o desenvolvimento pleno do alunado amazonense, razão de nossas ações. (AMAZONAS, 2013).

No ano de implantação, foram avaliados os alunos dos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática, e os alunos da 3ª série do Ensino Médio, regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA), também nessas disciplinas, em Biologia, Física Química, Geografia, História e Língua Inglesa.

Na avaliação de 2009, a aplicação dos testes foi direcionada apenas aos alunos da 3ª série do Ensino Médio, Regular e EJA, avaliando-se conhecimentos desenvolvidos pelos alunos em Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza.

Na edição seguinte, em 2010, repetiu-se a avaliação de 2009, relativa ao Ensino Médio, e avaliou-se o desempenho dos alunos do Ensino Fundamental regular, 5º e 9º anos e alunos da EJA, das etapas equivalentes a essas.

Em 2011, quando se consolidou a parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), o Sadeam aplicou testes de desempenho para os alunos dos 3º e 7º anos do Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa e Matemática, incluindo os alunos que estavam cursando os anos iniciais e finais da EJA (5º e 9º anos). No Ensino Médio, como nos anos anteriores, avaliaram-se, na modalidade regular e EJA, Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza.

Na edição de 2012, expandiu-se a avaliação dos alunos do Ensino Fundamental para os 3º, 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental, mantendo-se a avaliação dos alunos da EJA, Anos Iniciais e Finais. Nesse ano, avaliaram-se os alunos das 1ª e 3ª séries do Ensino Médio e da EJA Ensino Médio em Ciências Humanas (Geografia e História) e Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química).

No ano de 2013, foram avaliados os alunos do 7º ano do Ensino Fundamental e EJA Anos Iniciais e Finais. Nas avaliações do Ensino Médio, o Sistema continuou desenvolvendo avaliações nas mesmas disciplinas, etapas de escolaridade e modalidades de ensino aplicadas em 2012.

A respeito da educação do Amazonas, segundo o IBGE, em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade de Manaus tiveram nota média de 5.5 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.4. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 2 de 62. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 8 de 62. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 94.2 em 2010.

Os dados em curso posicionavam o município em décimo de 62 dentre as cidades do estado e na posição 5196 de 5570 dentre as cidades do Brasil. Diante do exposto, cabe ressaltar a finalidade das avaliações externas, estas apresentam resultados capazes de descrever o cenário educacional e estabelecem um direcionamento para a Avaliação Nacional de Rendimento Escolar (ANRESC), representando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Por conseguinte, o Ministério da Educação (2008) define:

O IDEB é um dos eixos do PDE que permite realizar uma transparente prestação de contas para a sociedade de como está a educação em nossas escolas. Assim, a avaliação passa a ser a primeira ação concreta para se aderir às metas do compromisso e receber o apoio técnico/financeiro do MEC, para que a educação brasileira dê um salto de qualidade. (BRASIL, MEC, p.04).

Diante do exposto, instituído em 2007 pelo INEP, o IDEB consiste em um dos eixos que mensuram a qualidade da educação e do aprendizado nacional. É um indicador criado pelo governo federal que estabelece estratégias e metas direcionadas ao sistema educacional brasileiro, visando superar os desafios do ensino e aprendizagem a partir das avaliações de larga escala.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dados da Revista Sadeam trazem algumas orientações que norteiam a distinção entre Referencial Curricular e Matriz de Referência. Atentamos que a Matriz de Referência não orienta ou se refere diretamente aos conteúdos a serem ensinados, contudo, a princípio, aos conhecimentos, as habilidades e às competências a serem desenvolvidos pelos alunos. Assim, em outras palavras, a matriz traz uma referência de conhecimentos que estão atrelados ao currículo e, portanto, não podem ser compreendida como proposta de currículo, apesar de

serem documentos relacionados, possuem objetos e objetivos distintos.

As Matrizes de Referência registram os conteúdos que se pretende avaliar nos testes do SADEAM. É sempre importante lembrar que as matrizes de Referências consistem em “recortes” do currículo ou Matriz Curricular: uma avaliação em larga escala não verifica o desempenho dos alunos em todos os conteúdos abarcados pelo currículo, mas, sim, naquelas habilidades consideradas mínimas e essenciais para que os discentes avancem em sua trajetória educacional (AMAZONAS, 2015, p.14).

É a partir desse entendimento acerca da Matriz de Referência que os professores e gestores junto à SEDUC/AM devem compreender que a Matriz não é uma exclusiva fonte curricular ou modelo de currículo imposto pelo Sistema de Avaliação Externa do Estado. É necessário reconhecer que tal pensamento pode; limitar, hegemonizar, estreitar o currículo e, conseqüentemente negligenciar o seu princípio básico que é o conhecimento. Dentro desse contexto, Sacristan (2000) propõe uma abordagem diante dos currículos enquanto expressão de equilíbrio entre interesses, domínio e força que circundam a educação em determinado momento histórico, precisando assim ser compreendidos.

“Os currículos são a expressão do equilíbrio de interesses e força que gravitam sobre o sistema educativo dado num momento, enquanto que através deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado. Por isso, querer reduzir os problemas relevantes do ensino a problemática técnica de instrumentalizar o currículo supõe uma redução que desconsidera os conflitos de interesses que estão presentes no mesmo. O currículo, em seu conteúdo e nas formas através das quais nos apresenta e se apresenta aos professores e aos alunos, é uma opção historicamente configurada, que se sedimentou dentro de uma determinada trama cultural, política, social e escolar, estando carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar” (p.17).

Dado isso, compreende-se o currículo como fonte inesgotável no espaço escolar, é partir dele que entendemos o encontro entre ideologia e cultura, percepção do mundo social e as relações de domínio e poder. Ele representa a trajetória que todo aluno deve percorrer ao longo da sua formação, visando à garantia aos discentes de conteúdos estáticos e adequados por uma Base Nacional Comum. Trata-se de um currículo com fins de formação individual, ou seja, respondendo aos interesses de classes.

Nesse prisma, a partir da distinção entre o Currículo e a Matriz de Referência, cabe ressaltar que por ser apenas um recorte do currículo, a matriz é um documento norteador do que será avaliado, portanto, não pode ser tomado exclusivamente como orientação do currículo escolar ou substituí-lo. Seguindo esse pressuposto, as matrizes propõem os conhecimentos e habilidades para cada etapa de escolaridade

que será avaliada, objetivando as operações mentais desenvolvidas pelos alunos em relação aos conteúdos escolares, passíveis de serem aferidos pelos testes de proficiência. (AMAZONAS, 2015).

Para melhor compreensão, segue a Matriz de Referência apresentando os domínios, competências e descritores a serem desenvolvidas pelos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental e, conseqüentemente intermediados pela prática docente no contexto educacional do Amazonas.

Figura 02: Quadro descritivo da Matriz de Referência de Língua Portuguesa do SADEAM – 3º ano do Ensino Fundamental

MATRIZ DE REFERÊNCIA — LÍNGUA PORTUGUESA — SADEAM 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
DOMÍNIOS	COMPETÊNCIAS		DESCRITORES
I. AQUISIÇÃO DO SISTEMA DA ESCRITA	Reconhecer as convenções da escrita.	D01	Distinguir letras de outros sinais gráficos.
		D02	Reconhecer as direções da escrita.
		D03	Identificar uma mesmapalavra escrita em diferentes padrões gráficos.
	Manifestar consciência fonológica.	D04	Identificar sonsdeslabas iniciais, mediais ou finaisquese repetem em palavras diferentes.
		D05	Identificar rimas.
	Ler palavras.	D06	Relacionar palavra à figura e vice-versa.
		D07	Relacionar frase à figura e vice-versa.
I. PROCEDIMENTOS DE LEITURA	Localizar e inferir informações.	D08	Localizar informação explícita em textos.
		D09	Identificar o tema ou o assunto global do texto.
		D10	Inferir uma informação implícita em textos verbais.
	Mobilizar procedimentos de leitura demandados por diferentes suportes e gêneros textuais.	D11	Interpretar texto com auxílio de recurso gráfico diverso.
		D12	Reconhecer o gênero de diferentes textos.
		D13	Reconhecer a finalidade de diferentes gêneros textuais.
		D14	Identificar elementos da narrativa.
		D15	Estabelecerrelações causa/consequência entrepartese elementos do texto.
		D16	Copiar frases respeitando o alinhamento e o direcionamento do texto na página.
		D17	Utilizar, como escritor, oprincípioalfabético na escrita depalavras ouvidas (com ou sem o apoio de imagens).

III. PRODUÇÃO TEXTUAL	Produzir textos adequados a diferentes situações comunicativas.	D18	Utilizar, como escritor, o princípio alfabético na escrita de frases ouvidas.
		D19	Utilizar, como escritor, o princípio alfabético na escrita de frases a partir de gravuras.
		D20	Produzir textos de diferentes gêneros adequados às especificidades do gênero e aos contextos de comunicação (bilhete, narrativa a partir de sequência de imagens, a partir de uma única imagem, lista, convite).

Fonte: Amazonas, 2015.

A estrutura da escala de proficiência apresentada na Matriz de Referência do SADEAM segue a seguinte organização; na primeira coluna são apresentados os grandes domínios do conhecimento em Língua Portuguesa. Esses domínios são agrupamentos de competências, que por sua vez agregam as habilidades presentes na Matriz de Referência. As colunas seguintes apresentam, respectivamente, as competências presentes na Escala de Proficiência e os descritores da Matriz de Referência a elas relacionados. Dado isso, os descritores descrevem as habilidades que serão avaliadas por meio dos itens que compõem os testes de uma avaliação em larga escala. (AMAZONAS, 2015).

Diante do exposto, no que se refere à prática pedagógica dos professores em sala de aula na escola pesquisada, observou-se que os seis docentes participantes dessa investigação possuíam o plano de intervenção e o mesmo já estava sendo desenvolvido, cumprindo uma exigência da SEDUC/AM, que buscava solucionar os problemas e dificuldades apresentados nos resultados dos testes de proficiência em grande escala.

Contudo, apesar da adoção ao plano de intervenção, os professores lamentaram no decorrer de suas aulas a ausência de material didático para suporte, uma vez que seriam trabalhadas questões com foco na matriz de referência do Sadeam, sendo que os livros didáticos ofertados pelo MEC não contemplavam às necessidades pontuais do Projeto de Intervenção Pedagógica do Amazonas, em elevar os índices de proficiência da escola.

É importante destacar outro grande obstáculo enfrentado pelos professores, estes apresentaram insegurança diante da definição e apropriação do que seria avaliação escolar e avaliação externa dentro do seu plano de aula e, conseqüentemente na prática diária.

Os encontros de observação aconteceram nos horários matutino e vespertino nas quartas-feiras. Na oportunidade os professores explicaram como foram desenvolvidas as atividades em sala; elaboração de simulados individuais, resolução de exercícios, seminários e debates em grupos, quanto ao material didático utilizado contemplou-se a construção de apostilas e caderno de questões.

No período de acompanhamento do trabalho docente por meio da observação em sala de aula foi possível identificar alguns desafios que contribuíram para o baixo rendimento escolar; formação continuada dos professores, o assessoramento pedagógico para o desenvolvimento do plano de intervenção e curso de formação docente com o currículo voltado às avaliações externas. Tais fatos foram observados durante a pesquisa e destacados pelos professores no primeiro encontro de apresentação para o acompanhamento do projeto de intervenção.

O trabalho de intervenção foi realizado com a finalidade de identificar os desafios existentes na execução do plano de aula com foco nas avaliações externas, ou seja, a matriz de referência do Sadeam e intermediou soluções por meio do trabalho docente, vislumbrando a elevação nos índices de proficiência da escola.

3 TRAJETOS DA PESQUISA

O que torna o estudo científico diferente dos demais é o processo de verificação da verdade, nesse sentido é o método que possibilitou as bases da investigação, sobre o procedimento de verificabilidade. Gil (2008) define; “método como caminho para se chegar a determinado fim. É o método científico como conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.” (p.8).

Severino (2007), afirma que “a ciência se constitui aplicando técnicas, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos, tendo elementos gerais que são comuns a todos os processos de conhecimento que pretendem realizar, marcando toda atividade de pesquisa”. (p. 117)

Na realização desse estudo utilizou-se a técnica de observação livre como instrumento de coleta de dados, com esse tipo de observação foi possível responder às necessidades da pesquisa qualitativa, como propõe

A observação livre, ao contrário da observação padronizada, satisfaz as necessidades principais da pesquisa qualitativa, como, por exemplo, a

relevância do sujeito, neste caso, da prática manifesta do mesmo e ausência total ou parcial, de estabelecimento de pré-categorias para compreender o fenômeno que se observa. A caracterização será um processo que se realizará posteriormente no processo de análise do material coletado. (TRIVIÑOS, 2012, p. 153-154)

O estudo em questão segue a abordagem de pesquisa qualitativa e análise documental. A pesquisa qualitativa é concebida como um método de investigação científica caracterizada pela subjetividade do objeto de estudo.

Assim, conforme aponta Pádua (2017); “a pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos” [...] (p.62). Dessa forma, a pesquisa foi realizada a partir da concepção de Educação como política nacional no contexto da LDB/9.394/96, do levantamento e análise dos dados disponíveis no Sistema Eletrônico de Gestão Institucional apresentado pelo SADEAM/CAEd/UFJF, da apropriação dos dados da Revista Sadeam 2015; Avaliação Educacional Externa no Amazonas tendo como bases: (Matriz Curricular e Matriz de Referência), da compreensão de notas e documentos que regulamentam as avaliações da educação na perspectiva nacional, dispostas pelo MEC/INEP. Nesse contexto analisaram-se aspectos relevantes e estruturais, desde a implantação do Saeb no Brasil e respectivamente das avaliações em larga escala; Aneb, Anresc e ANA.

O percurso metodológico propõe uma pesquisa de campo qualitativa, esta foi realizada no universo de uma Escola Estadual localizada no município de Itacoatiara, estado do Amazonas, a instituição apresentou-se com baixa proficiência nas avaliações externas, sobretudo no SADEAM. O estudo contemplou a observação livre acerca da prática pedagógica de seis professores e a apreciação de seus respectivos planos de aula. A investigação contou com 04 encontros que foram distribuídos em um mês, com o objetivo de apresentar o processo de gestão e funcionamento do Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM), junto às políticas públicas instituídas pela Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas (SEDUC), a partir da observação das práticas docentes e, conseqüentemente das ações dos gestores e à articulação de políticas educacionais.

CONSIDERAÇÕES

Em uma perspectiva histórica e crítica, as avaliações externas em larga escala são concebidas como objeto intrínseco à atividade docente. Nesse contexto, cabe destacar o papel do estado, dos gestores educacionais e da Secretaria de Educação no processo de desenvolvimento e compreensão do Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM), a partir da referência nacional de avaliação instituída pelo SAEB desde sua implantação na década de 90 ao contexto atual.

Decerto, os resultados das avaliações externas apresentam um direcionamento, permitem a construção de diagnósticos macroeducacionais, que dizem respeito à rede de ensino como um todo, e não apenas a escolas e alunos específicos. (AMAZONAS, 2015). Assim, a partir do diagnóstico das avaliações em larga escala é possível obter resultados que se consolidam como forte mecanismo a disposição de professores, dos gestores educacionais e do próprio Estado.

No que se refere à prática dos professores, o desconhecimento em relação às avaliações externas, suas características e métodos utilizados consiste em grandes desafios enfrentados pelos docentes da rede estadual do Amazonas. AMAZONAS (2015) aponta que:

“O primeiro deles diz respeito ao desconhecimento em relação às avaliações em larga escala, ao passo que o segundo, correlato ao primeiro, mas mais específico, está relacionado à confusão entre avaliação externa e a avaliação interna”. (p.11)

O Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM) representa uma política pública educacional que vem sendo desenvolvida há uma década desde sua implantação em 2008, por meio da Secretaria Estadual de Educação do Amazonas e seus gestores educacionais. Portanto, não se pode negar a necessidade da formação docente tanto na sua estrutura inicial e/ou continuada, pois somente a partir da preparação dos professores com o currículo de formação focado nas avaliações em larga escala, será possível compreender os objetos e objetivos que distinguem o Currículo da Matriz de Referência, os métodos que caracterizam e diferem avaliações externas de internas. Ou seja, a apropriação desses instrumentos possibilita uma autonomia aos atores escolares, às políticas instituídas pelo Estado e, conseqüentemente à construção da educação enquanto objeto de Emancipação humana.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS, Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino. **SADEAM** – 2013. Universidade de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAED. V.1(jan./dez, 2013), Juiz de Fora, 2013 - Anual.

_____. SADEAM – 2015/ Universidade Federal de Juiz de Fora, CAEd. v. 1(jan/dez.2015), Juiz de Fora, 2015 – Anual. Conteúdo: **Revista Pedagógica** – Língua Portuguesa – 3º ano do Ensino Fundamental.

BRASIL, MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**, Brasília, 2004.

_____. PDE: **Plano de Desenvolvimento da Educação**: Prova Brasil: ensino fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.

_____. n. 2010 – Aneb e Anresc (Saeb). Disponível em: <http://gestao2010.mec.gov.br/o_que_foi_feito/program_77.php>. Acessado em 19 de junho de 2018.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Resolução CNE/CEB 2/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de janeiro 2012, seção 1, p.20.

_____. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. **Ensino Médio**. MEC- Ministério da Educação. Secretaria de educação média e tecnologia. Brasília, 2000.

BITTAR, Mariluce, OLIVEIRA, João Ferreira de. **Gestão e Políticas da Educação**. (Orgs.) Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

FONSECA, J, J.S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GUIA DE ESTUDOS: **Processo de Formação de Profissionais da Educação Pública**. Volume I, CAED/UFJF, 2012.

_____. Volume II, CAED/UFJF, 2013.

_____. Volume III, CAED/UFJF, 2013.

PÁDUA, Elisabete Matallo. M.de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática; edição: Revista Ampliada, Campinas: Papyrus, 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. Revista Atualizada – São Paulo: Cortez, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação, São Paulo: Atlas, 2012.

SACRISTAN, J. Gimeno. **O currículo uma reflexão sobre a prática**. 3 ed. Art. Med. Fortaleza, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro, AMARAL, Ana Lúcia. **Formação de Professores**: Políticas e Debates. (Orgs.) - Campinas, SP: Papyrus, 2002.

SADEAM. **O Sadeam.** Disponível em: <<http://www.sadeam.caedufjf.net/o-sadeam/>>. Acesso em: 19 jun. 2018.